

# **SOBRE O GOVERNO PRIVADO NA ESCURIDÃO: CONTROLE DE INFORMAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DA DEMOCRACIA**

Maurício Fontana Filho<sup>1</sup>

Matheus Rasia<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O objetivo do presente artigo é expor o sistema democrático, mais precisamente a democracia representativa a partir da proposta de Norberto Bobbio acerca de a democracia ser tomada como o governo do público em público, isto é, o governo da coletividade às luzes – provido de publicidade em contraposição à abrangente dificuldade de busca por informação qualitativa. É utilizada a metodologia dedutiva, propondo premissas, tal qual a ideia de que um governo será tão democrático o quão mais visível for o seu agir, assim como o quão mais substanciais forem as escolhas dos eleitores, e trabalhando a partir delas. Tem como principais resultados a proposta da importância do acesso a informações substanciais, de maneira a não limitar o eleitor a tudo o que a mídia o leva a crer ser conteúdo absoluto e não passível de divergência, mas a existência de um infundável abstrato que pode ser investigado.

**Palavras-chave:** Democracia; Estado; Indivíduo; Informação; Liberalismo.

## **1 INTRODUÇÃO**

Trata-se de uma exposição do modelo democrático a partir daquele descrito por Norberto Bobbio em *O futuro da democracia*, na mesma medida em que se critica o sistema democrático por ser irreal quando tratando de uma relação com homens diferentes e, muitas vezes, vorazes entre si em seus interesses. Foram utilizados autores liberais e conservadores para tanto traçar uma linha de raciocínio, pensadores que podem ser tidos como antitéticos foram aproveitados de maneira a se complementarem, isso abrangendo, quando viável, um meio termo construtivo.

O sistema predatório que se sobrepõe ao acesso à informação individual, disponibilizando, ao invés, uma imensidade de micro conhecimentos, estes disponíveis em amplitude quantitativa, mas que pecam em amplitude qualitativa são asseverados no decorrer do texto. Isso leva em consideração o fato de as questões políticas a cada dia

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, RS; mauricio442008@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, RS; matheusrasia@hotmail.com

estarem a se tornar mais e mais complexas, o que age em detrimento do eleitor comum, o qual, como Bobbio afirma, não é um técnico, mas um comum qualquer.

O principal objetivo da investigação é analisar a culpa individual pela ausência de efetividade do sistema democrático, isso sob a premissa de que a responsabilidade independe dos obstáculos presentes, sejam eles abrangentes ou meramente formais.

## **2 DOS FUNDAMENTOS DA DEMOCRACIA, INFORMAÇÃO E CAMUFLAGEM**

Na Espanha moderna o principal objetivo das Cortes foi a comprovação das injustiças cometidas pelo rei em nível político, assim como impulsionar a mobilização das pessoas em relação às promessas não cumpridas, adotando métodos de assegurá-las. Na Inglaterra, os Barões que se insurgiram à tirania do rei John requisitaram que a justiça não fosse vendida, negada ou atrasada: segurança na forma de uma carta de direitos. Na França, o estímulo que modulou o governo representativo foi a opressão insuportável sob a forma de miséria e extorsão (SPENCER, 1982, p.331-382).

A representatividade na democracia vem desde tempos pré-históricos, quando povos aborígenes dos sudeste da Austrália o exerciam. No século XVI, os cossacos possuíam o sistema representativo do *rada* para eleger oficiais do exército. Já no século XVII, corsários elegiam seus próprios capitães, os quais poderiam ser depostos quando não houvessem inimigos por perto. Na Gênova do século XV imperava uma democracia direta na qual todos os cidadãos consistiam no corpo legislativo. Na República Romana, os oficiais militares eram eleitos pelo povo reunido, enquanto que os aristocratas do senado eram a força política dominante (KACZYNSKI, 2010, p.273-285).

Desta maneira, o que Herbert Spencer (1982, p.331-382) nos diz em sua obra *Representative Government – What is it good for?* assim como Theodore J. Kaczynski (2010, p.273-285) em uma carta enviada de dentro da prisão de ADX Florence, no Colorado, para David Skrbina em 12 de outubro de 2004 é que os sistemas representativos vêm, historicamente, se mostrando uma ferramenta limitadora da abrangência do poder dos governantes e daqueles que detêm em suas mãos poder em densidade, mas será isso mesmo?

## 2.1 Do conceito de democracia

A democracia representativa é um modelo de democracia que remete às deliberações coletivas serem tomadas não pelo cidadão, mas por seu representante eleito em nome da coletividade inteira. Trata-se de um conjunto de regras primárias e fundamentais que estabelecem *quem* está autorizado a tomar as decisões coletivas e com *quais* procedimentos. Para que uma decisão tomada por indivíduos possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras que estabelecem quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo e à base de quais procedimentos. Em outras palavras, a democracia toma a forma de um conjunto de regras do jogo para a solução de conflitos sem derramamento de sangue (BOBBIO, 2015b).

Assim diz-nos Ludwig Von Mises (2010, p.69) que “a democracia é a forma de constituição política que torna possível a adaptação do governo aos desejos dos governados, sem lutas violentas.”

Em uma democracia os sujeitos chamados a tomar parte nas decisões coletivas são quantitativamente numerosos. Quanto à modalidade de decisão, a regra fundamental da democracia é a regra da maioria. É preciso que aqueles que irão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher, isto é, devem existir direitos de liberdade – reunião, opinião, expressão, pensamento, associação – que tornem efetiva a decisão política. Desta maneira, existem três pressupostos fundamentais para um sistema democrático: a) regras acerca de quem decide; b) regras acerca de quantos decidem; c) existência de liberdades individuais (BOBBIO, 2015b).

O que distingue um regime democrático de um antidemocrático é a existência de regras do jogo constitucionalizadas. O que motiva as forças políticas a se organizarem e perseguir votos, visando obter o maior número possível e por meio do consenso é a possibilidade de detenção do poder político (BOBBIO, 2015b).

O poder de um partido pode ser mensurado pelo número de votos que aqueles a si afiliados receberam. O quão maior o número de votos, maior será o poder de negociação no sistema de alianças entre partidos. A democracia se nutre de uma contínua troca entre produtores e consumidores de consentimento - produtores e consumidores de poder (BOBBIO, 2015b).

Ter poder significa ter a capacidade de premiar ou punir, isto é, de obter comportamentos desejados, prometendo e recompensando ou ameaçando e punindo. O eleitor paga com seu voto por uma vantagem – bem ou serviço – ou isenção de desvantagem a ser concedida pelo governante. Já nas alianças políticas, a relação entre as partes é de sócios, afinal, possuem um objetivo comum: permanecer na posse do poder político (BOBBIO, 2015b).

O sistema democrático remete a uma forma de governo em que o poder não se encontra nas mãos de um só ou de poucos, mas da maior parte. A democracia representativa nasceu da convicção de que os representantes eleitos estariam em condições de avaliar quais seriam os interesses gerais melhor do que aqueles que os elegeram; a democracia é o governo das massas, o governo dos muitos, o governo dos povos (BOBBIO, 2013).

O governo democrático é o governo do poder público em público. Trata-se do governo da coletividade em visibilidade, em clareza e exposto a todos. O fim em si mesmo do regime democrático é a eliminação do poder invisível, tornando-o visível. O governo público e em público são premissas fundamentais de um sistema democrático, assim, um governo será tão democrático quão mais visível ele o for, assim como quão mais escolhas substanciais detiverem os eleitores (BOBBIO, 2015b).

Para Bobbio (2015a, p.41) a democracia é o governo do poder coletivo visível, ou seja, é o governo cujos atos se desenrolam em público cujo impulso é dado pela coletividade, sob o controle da opinião pública:

Não existe democracia sem opinião pública, sem a formação de um público que pretenda ter o direito de ser informado das decisões que são tomadas em nome do interesse coletivo e de exprimir sobre elas sua própria crítica livre. [...] No Estado despótico, o soberano vê sem ser visto. O ideal de toda forma

de poder oculto é que o soberano, neste caso o governo democrático, que age à luz do sol, possa ser visto sem poder ver.

Jean-Jacques Rousseau (2014) alerta sobre os perigos de uma democracia em seu *Contrato Social*, afinal, o homem sob o canto persuasivo da democracia só vive sobre ferros, ferros estes que lhe são retirados ao exercer seu direito de voto, mas logo após eleitos seus representantes, o homem volta a usá-los. Os ferros são sempre os mesmos, quem mudam são seus senhores. O voto é uma arma da qual derivam os futuros donos do eleitor. A liberdade é concedida ao povo em curtos momentos, sua constância é uma ilusão gerada por aqueles que o oprimem, imperando escravidão e usufruindo das benesses derivadas do poder.

Para Benjamin Constant (2007, p.67) assim como para Donald Stewart Jr (1999) “a democracia é o poder absoluto colocado nas mãos de poucos, e a monarquia é o poder absoluto concentrado numa só pessoa.”

Para Frédéric Bastiat (2010) a democracia pressupõe a inércia da humanidade às decisões das maiorias, à onipotência da lei - seja qual for sua substância -, e à *infallibilidade do legislador, o rei absoluto contemporâneo*. A eleição gera conformismo: o homem em época de eleição é ativo e ávido a desenvolver-se, mas com a eleição de seus governantes se torna passivo, como se tudo o que for realizado durante o mandato pelo governante deve ser considerado válido, simplesmente porque recebeu um número quantitativamente superior de votos.

É como se o eleitor houvesse transferido toda a sua responsabilidade ao governante e nada mais tivesse que ver com o que se sucedesse de seu voto, do resultado da eleição e dos futuros eventos. Abaixam a cabeça e se submetem a seu *senhor temporário* e, em decorrência, a democracia é impulsionada, tomando forma e promovendo conformismo entre aqueles que tomam parte em seu curso (BASTIAT, 2010).

Para Frank Karsten e Karel Beckman (2013, p.94) a democracia é uma forma de socialismo, enquanto que os cidadãos contemporâneos são crianças mimadas que gritam e choram para os pais, demandando um novo brinquedo. Mas, ao invés de chorar aos

pais, o fazem em face do Estado; ao invés de demandar brinquedos, ordenam que todas as suas *necessidades* sejam correspondidas. Assim, a democracia é tida como socialista em razão de uma maioria poder obter por meio das urnas mimos à custa de uma minoria. Muitas crianças imperam governo sobre poucos adultos, ou seja, o poder quantitativo dos dependentes toma por meio de *violência legalizada* os bens e vidas de minorias independentes e qualitativas:

O governo não é um benevolente Papai Noel. É um monstro egoísta e intrometido, que nunca estará satisfeito e acabará por sufocar a independência e autonomia dos seus súditos. E este monstro é sustentado pela democracia: a ideia de que a vida de cada ser humano pode ser controlada pela maioria [...] É hora de nos libertarmos da tirania da maioria. Nós não temos nada a perder, a não ser as correntes que nos prendem uns aos outros.

A democracia é a antítese da liberdade, e a razão disso encontra-se no fato de que em uma democracia, todos têm de se submeter às decisões do governo. O fato de o governo ser eleito pela maioria não justifica, isso porque coerção é coerção, quer exercida por um único tirano ou muitos deles. Liberdade significa não ter de agir em conformidade com a maioria, em conformidade com o que a maioria deseja que cada um faça; se não podemos agir desta forma nos encontramos em posição de servidão. Se você não obedecer à vontade da maioria será penalizado, sem direito à conversa ou esclarecimento; de maneira inflexível e unilateral (KARSTEN; BECKMAN, 2013).

A democracia é coletivista por natureza e conduz, de maneira inexorável, a cada vez mais intervenção do governo e a cada vez menos liberdade individual. Isso porque as pessoas continuam a fazer exigências ao governo e querendo que as outras pessoas paguem os custos. Nenhuma liberdade é sagrada em uma democracia e cada aspecto da vida do indivíduo está potencialmente sujeita ao controle formal do governo e material das maiorias, que usam o primeiro como catalizador de suas reivindicações (KARSTEN; BECKMAN, 2013).

As minorias se encontram em uma posição desvantajosa quando comparado com as maiorias, dado o fundamento do sistema democrático: quantidade é anterior à qualidade. Nem uma constituição repleta de cláusulas pétreas e um sistema extremamente rígido, de difícil mutabilidade, poderia salvar o indivíduo sozinho das

gulosas maiorias, ansiosas por devorar tudo e todos que encontrarem pela frente (KARSTEN; BECKMAN, 2013).

Não há, necessariamente, liberdade na democracia. A democracia é o império de líderes que representam as maiorias governando a todos. Uma eleição não dá liberdade a indivíduos; liberdade individual ocorre apenas quando as pessoas têm o direito de fazer suas próprias escolhas, mesmo quando 99% das outras são contrárias. A democracia torna as ações governamentais legais, mas não necessariamente morais ou justas. Um grupo não deveria ter o direito de iniciar força contra qualquer um que possam superar numericamente, mas é a principal consequência da democracia em relação à feição e promoção de normas (SCHOOLLAND; ELDRIDGE, 2004).

Para Edmund Burke (2016) a democracia é uma constante briga pelo poder que visa determinar a medida de restrição e liberdade que será outorgada sobre os súditos. O governo muda constantemente, incapaz de manter-se em uma trajetória fixa, oscilando entre detentores de poder diferentes, o que age em detrimento do todo e das partes; do Estado e dos indivíduos.

O trono daqueles que detêm o poder dominante não pode ser alterado frequentemente, mas pelo contrário, a instituição estatal se encontra fragilizada quando o modo contínuo de governo é mutilado pela mudança na casta detentora de poder. A democracia é uma ferramenta cujo fim é promover constante mudança nos princípios que norteiam o Estado e, em decorrência, no próprio Estado. Os modismos de momento tendem a ditar como serão as políticas do Estado, enquanto que as raízes que prendem os homens ao passado, aos costumes, à moralidade e ao seguro são queimadas pela inconstância política (BURKE, 2016).

Como podem pensar em liberdade política? O Estado é um hospício dentro do qual o homem deve ser seguramente aprisionado, em meio à sua protetora obediência. Os homens que derrubaram o Estado francês eram loucos que ganharam liberdade, mas o que faz um louco em liberdade senão ruir com os fundamentos da paz e da segurança? Podem até pregar por *liberdade, igualdade e fraternidade*, mas se encontram em posição imprópria para corresponder às expectativas que estes valores lhes outorgam (BURKE, 2016).

## 2.2 Da educação e do acesso à informação

A educação é o pilar fundamental que determina a qualidade da democracia. Os cidadãos devem aprender a serem seres políticos, o que se dá por meio da educação e uso das liberdades individuais: ambos são fatores que influenciam na efetividade da vida de eleitor e da abrangência das amarras que moldarão o seu andar (WALZER, 2008).

John Rawls (2011) elenca três graves lacunas na democracia: a desinformação, a timidez do povo em face da participação em meio público; e o dinheiro. A dominação do meio político por homens mal intencionados que visam impor sua vontade e satisfazer seus interesses se mostra mais propícia a acontecer quando os cidadãos negligenciam o meio político.

Sem uma educação ampla sobre os aspectos básicos do governo democrático para todos os cidadãos e sem um público informado a respeito dos problemas prementes, decisões políticas e sociais cruciais simplesmente não podem ser tomadas. Mesmo que líderes políticos previdentes desejassem realizar mudanças e reformas sensatas, não teriam como convencer um público mal informado e descrente a aceitá-las e segui-las. É necessário o acesso à informação para a possibilidade de reflexão, o que pressupõe liberdades individuais aptas a tornar possível o debate e a formação de entendimento acerca de uma matéria, tendo como desfecho o voto (RAWLS, 2011).

A democracia tende a degenerar em *oligarquia de partidos*, isso sendo um resultado do desinteresse de buscar informação, refletir e canalizar o direito ao voto de maneira adequada e razoável. As liberdades individuais devem ser utilizadas como ferramentas políticas, o que muitas vezes não é feito em razão de demandar tempo e esforço, o que é pressupor demasiado otimismo quanto à disponibilidade de interesse do homem comum (JASPERS, 2013).

As liberdades tidas como sendo de cunho liberal beneficiam os sistemas democráticos em razão de oferecerem a possibilidade de um voto mais substancial, isso sob a premissa de que um homem que possui liberdade de opinião, imprensa, reunião e

associação se encontra em posição propícia a se informar, refletir e votar de maneira mais satisfatória. Sem essas liberdades o voto se torna mera ficção, dado que o cidadão poderá votar, mas não formar seu entendimento sobre em quem votar, o que faria da democracia um sistema meramente formal: *voto, mas por que voto?* (BOBBIO, 2013).

As liberdades individuais que se atrelam à democracia não são regras do jogo, mas regras preliminares que permitem o desenrolar do jogo democrático. Elas facilitam a formação de entendimentos e decisões (BOBBIO, 2015b).

Possuir interesse e acesso a liberdades individuais não permite, necessariamente, que uma democracia seja realizada materialmente, isso porque o acesso à informação deve ser assegurado. É importante diferenciar a disponibilidade de informação quantitativamente ampla e acessível da informação qualitativamente ampla e escassa. Há muita dificuldade de se obter informação confiável e de qualidade, apesar do quase interminável volume de informação disponível atualmente (KOURILSKY, 2013).

O cidadão de boa-fé que procura se informar tem pouco acesso a informações confiáveis. As grandes mídias fornecem poucos registros substanciais. Na internet encontra-se uma massa considerável de informações, porém não confiáveis e submersas em uma massa de vícios e tendenciosidades (KOURILSKY, 2013).

Será o acesso à informação qualitativamente superior de culpa individual? Segundo Philippe Kourilsky (2013), sim, afinal, um fator que quase anula a busca por informação é a demanda por matéria limitada pelos consumidores. O que acontece é que as majorias moldam a mídia de maneira a fazer com que aqueles que buscam informação sofram em razão de serem estas mesmas majorias as responsáveis pela programação. Em outras palavras, o consumidor faz a programação e elege o conteúdo da programação; *o grande consumidor* faz a demanda, as mídias suprem a oferta.

A prática midiática é intensamente influenciada pela atualidade, pelo instantâneo e pela urgência. As mídias apelam excessivamente às instâncias emotivas e afetivas do público, sendo o método jornalístico desviado continuamente da regra primordial da exposição objetiva, que preconiza a separação dos fatos e julgamentos (KOURILSKY, 2013).

A economia do sistema midiático tende a ter base em índices de audiência ou segmentos de mercado que, em parte, dependem das receitas trazidas pela publicidade. O sistema midiático não pode ser responsabilizado pelo déficit de informação disponível ao cidadão, afinal, ele é claramente adaptado aos seus clientes. Além disso, o maior problema é a grande quantidade de informação deliberadamente ocultada intencionalmente (KOURILSKY, 2013).

Como afirma Luigi Ferrajoli (2014), existem dois meios de destruir a opinião pública: a) desinformar, mentir e difundir inverdades, omitir e minimizar verdades; b) deturpar o senso cívico, o que significa atentar contra o cidadão de maneira a confundilo acerca do caráter público da política e não do privado – isto é, viver da política ao invés de para a política.

O mistério compreende tudo aquilo que não pode ser conhecido, seja por difícil acesso às fontes, intervenção de um poder superior ou inaptidão individual. O segredo, por outro lado, remete a tudo aquilo que é compreensível ou existente, mas se encontra oculto. Trata-se, o segundo, de uma fonte de poder que aparenta legitimar qualquer ação, afinal, se encontra escondida da publicidade (BOBBIO, 2015a).

Existem dois principais argumentos comumente mobilizados a justificar a ausência de transparência do Estado: a) os assuntos de Estado são complexos demais para serem publicizados à coletividade; b) não se deve revelar informação, isso porque poderão ser utilizadas por nações estrangeiras em detrimento do nosso Estado. Na medida em que o indivíduo não possui acesso à informação substancial, não há que se falar em democracia, não há que se falar em *governo público em público*, mas pelo contrário, de *governo do privado na escuridão* (BOBBIO, 2015b).

### **2.3 Da camuflagem de Estado e do dever individual de transcendê-la**

A democracia é a única via possível para a liberdade, pois se baseia em liberdade política, a qual se mostra uma ferramenta apta a proporcionar ao homem a escolha de seus representantes. A medida de liberdade usufruída pelo homem será a medida de

efetividade de uma democracia. Se os homens encontram-se ausentes do meio político, sofrerão pelas mãos dos detentores do poder (JASPERS, 2013).

A existência de indivíduos mal intencionados que visam enganar o eleitor para tomar proveito do poder político é premissa básica de um sistema democrático. As respostas fáceis que visam corresponder a questões complexas de maneira instantânea fazem parte do repertório quimérico dos homens vis que circundam a casta detentora do poder político de uma democracia. Eles oferecem privilégios imediatos a grupos específicos em detrimento do restante, mas os camuflam pela máxima do *é um privilégio que beneficia a todos*. Se se trata de privilégio, não há que se falar em benefício de todos, mas de poucos (MISES, 2010).

O liberalismo apenas garante o acesso à informação e a faculdade de voto, mas a reflexão e a transcendência dos mimos oferecidos pelos candidatos políticos são de incumbência individual. Que superem o linguajar florido do candidato político ou *que os eleitores se afoguem em meio ao mar que representa suas próprias inaptidões* (MISES, 2010).

Existem apenas dois partidos políticos: os detentores de poder e aqueles que gostariam de sê-lo. Os representantes políticos que visam lucrar ao máximo com sua estadia no poder, através da troca de favores, concessão e usufruto de privilégios à custa da coletividade e que camuflam seus atos com fantasias são um perigo para a sociedade, devendo ser identificados e desenraizados do poder pelo eleitor. Assim, é em meio à liberdade política que se lida com os vícios inerentes ao regime democrático cuja responsabilidade é individual (MISES, 2010).

O termo *gratuito* é muito utilizado com o fim ser eleito. Quando utilizarem-se do termo *gratuito* ao se referir às ações políticas, lembre-se ao que isso realmente implica: a todos nós sendo forçados a pagar pelo serviço enquanto que o governo receberá a glória por ser benevolente. Ninguém paga à porta, mas materialmente todos nós dependemos mandatoriamente à sua feição. São serviços usados por algumas pessoas, mas pagos compulsoriamente por todas elas. Não há virtude no compulsório, há, por outro lado, submissão (SCHOOLLAND; ELDRIDGE, 2004).

Existe um costume de se chamar as ações desempenhadas por representantes políticos de *gratuitas*, mesmo quando as pessoas comuns são forçadas a pagar por elas. Trata-se de uma suavização de palavra. Parece bem mais *civilizado*. Esse tipo de linguagem abusiva orquestrada é de incumbência do eleitor a identificação (SCHOOLLAND; ELDRIDGE 2004).

A relação de tributação é tratada como *alquimia simbólica*: o Estado *ganha* dinheiro e o dá *gratuitamente*, produzindo uma situação propícia a produzir reconhecimento, admiração e gratidão. O *rei* não para de acumular poder, seja econômico que se transforma em simbólico - admiração - ou econômico que permanece como econômico - a remuneração do representante de Estado (BOURDIEU, 2016).

Outra camuflagem comumente utilizada é a do slogan de que *todo o voto conta*. Não se enganem. Não há generosidade ou benevolência humana no Estado, mas interesse de manter o povo sob o efeito do clorofórmio social, sua própria paranoia, a ilusão de poder. O voto é a ilusão de influência em troca de grilhões. A classe dominante não incentiva o voto por ser benévola, mas porque *uma elevada taxa de participação confere um selo de aprovação*, ou seja, *um direito moral de governar as pessoas*. Nada mais inteligente do que tornar o voto obrigatório sob a pena de sanção preestabelecida, não é mesmo? (KARSTEN; BECKMAN, 2013).

O *Rei* da obra *O Pequeno Príncipe* de Antoine de Saint-Exupéry (2008, p.37-38) reconhece que ordens razoáveis são mais ávidas de serem obedecidas do que aquelas desprovidas de lógica, sendo as últimas perigosas para as classes detentoras do poder político:

‘Se eu ordenasse a meu general voar de uma flor a outra como borboleta, ou escrever uma tragédia, ou transformar-se numa gaivota, e o general não executasse a ordem recebida, quem, ele ou eu, estaria errado? [...] É preciso exigir de cada um o que cada um pode dar [...] A autoridade se baseia na razão. Se ordenares a teu povo que ele se lance ao mar, todos se rebelarão. Eu tenho o direito de exigir obediência porque minhas ordens são razoáveis.’

Em razão de o homem eleitor ordinário não ser um técnico, não possuindo habilidades sofisticadas, se mostra irracional colocá-lo em posição de escolha acerca de matéria complexa. O cidadão comum não é um cientista, o que obsta a democracia no

tocante a substâncias que vão além de sua interpretação. Em outras palavras, *O Rei* de Saint-Exupéry (2008), muito racionalmente, utiliza-se de termos obscuros aptos a camuflarem seus reais intentos, afinal, preda sobre um inepto: o homem eleitor (BOBBIO, 2015b).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concessão de liberdade abre margem para a satisfação de expectativas que devem ser correspondidas por aqueles que as usufruem. A liberdade política, mesmo que utilizada de maneira a não condizer com as expectativas que a liberdade outorga ao indivíduo, deve ser fomentada, isso porque será apenas em liberdade que o homem aprenderá a corresponder a tudo aquilo que é esperado de si. Em ordem para falarmos de um eleitor consciente, há que esperar por sua maturação quando em liberdade, afinal, o aprendizado proporcionado por uma vida em liberdade ao mesmo tempo em que nutre o indivíduo, não o faz instantaneamente. Vamos esperar.

Interpretar o meio político pressupõe experiência, uma necessidade que não pode ser satisfeita sem que tenha sido maturada, mas essa maturação demanda acesso à informação. Na medida em que os cidadãos não possuem acesso a conteúdos legítimos de informação nem se encontram em posição de fazer uma escolha material, não há que se falar em governo do público em público, mas de governo do privado na escuridão, isto é, *governo de alguns de maneira invisível*. É difícil imaginar um indivíduo em liberdade que não mature e transcenda os obstáculos que predam seu andar, mas na medida em que não possui meios de entender o seu meio – buscar educação – não há que se falar em refletir e evoluir.

### REFERÊNCIAS

BASTIAT, Frédéric. **A lei**. 3.ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Democracia e segredo**. São Paulo: Unesp, 2015.

\_\_\_\_\_. **Liberalismo e democracia**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 13.ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France 1989-1992. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. São Paulo: Edipro, 2016.

CONSTANT, Benjamin. **Princípios de política aplicáveis a todos os governos**. Rio de Janeiro: Liberty Fund e Top Books, 2007.

FERRAJOLI, Luigi. **Poderes selvagens**: a crise da democracia italiana. São Paulo: Saraiva, 2014.

JASPERS, Karl. **Introdução ao pensamento filosófico**. São Paulo: Cultrix, 2013.

KACZYNSKI, Theodore J. **Technological Slavery**: the collected writings of Theodore J. Kaczynski, a.k.a. 'the unabomber'. Port Townsend: Feral House, 2010.

KARSTEN, Frank; BECKMAN, Karel. **Além da democracia**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2013.

KOURILSKY, Philippe. **O manifesto do altruísmo**: questionamentos políticos, sociais e filosóficos sobre o individualismo e a necessidade do coletivo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MISES, Ludwig Von. **Liberalismo**: segundo a tradição clássica. 2.ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Hunter, 2014.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O pequeno príncipe**. Rio de Janeiro: Pocket Ouro, 2008.

SCHOOLLAND, Ken; ELDRIDGE, Janette. **The adventures of Jonathan Gullible**: a free Market odyssey. South Africa: Cape Town, 2004.

SPENCER, Herbert. **The man versus the state**: with six essays on government, society, and freedom. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.

STEWART JR, Donald. **O que é liberalismo**. 5.ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

WALZER, Michael. **Política e paixão**: rumo a um liberalismo mais igualitário. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2008.